



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Virgílio Arraes

Universidade de Brasília, Departamento
de História, Brasília – DF, Brazil
(arraes@unb.br).

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Estados Unidos-Brasil: da transição de presidentes à diferença de atuação na América Latina

United States-Brazil: from the transition of presidents to the differences of political attitude in Latin America

DOI: <<http://dx.doi.org/10.20889/M47e19014>>

Resumo

O artigo trata do final da política externa do governo Lula da Silva com os Estados Unidos (2009-2010). Os temas abordados são a preparação da candidatura da ministra Dilma Rousseff à presidência da República; a preocupação com a fronteira brasileira em face da movimentação norte-americana; o desejo de vaga permanente no Conselho de Segurança onusiano; a acolhida de competições esportivas internacionais, sob signo da 'diplomacia lúdica' e, por último, a tentativa de entendimento diplomático sobre o programa nuclear do Irã e o terremoto do Haiti.

Abstract

The article deals with the final phase of Lula da Silva's foreign policy toward the United States (2009-2010). The topics dealt with are Dilma Rousseff's candidacy to the Brazilian presidency; the Brazilian borders considering US presence in Colombia; Brazil's permanent membership to the United Nations Security Council; hosting of international sporting events under the auspices of 'playful diplomacy'; attempt to reach a diplomatic understanding of Iran's nuclear program and Haiti's earthquake.

Palavras-chave: Lula da Silva; Barack Obama; Conselho de Segurança da ONU; Olimpíadas; programa nuclear do Irã.

Keywords: Lula da Silva; Barack Obama; United Nations Security Council; Olympics; Iran's Nuclear Program.

Recebido em 08 de janeiro de 2018

Aprovado em 03 de Abril de 2018

Introdução

O relacionamento entre Brasil e Estados Unidos durante a gestão Lula da Silva (2003-2010) – se não chegou a ser extremamente profícuo, ao menos do ponto de vista nacional – não passou por embaraços significativos, como se pode observar pelos registros oficiais, através do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Em decorrência da histórica proximidade dos dois países continentais, agastamentos são corriqueiros sem significar abalos de impacto no cotidiano diplomático. Sem sombra de dúvida, a estima de Washington por Brasília foi bem maior que a por Caracas, La Paz, Quito ou Buenos Aires, por exemplo.

O Planalto, ao longo da estendida administração trabalhista, buscou ser um moderador fidedigno entre a Casa Branca e os demais governantes da região, em especial os autodenominados bolivarianos, considerados de maneira equivocada por segmentos conservadores de comunicação como alinhados a um posicionamento de esquerda radical. No máximo, nacionalistas redivivos, malgrado a retórica exaltada em determinadas situações, em especial eleitorais.

Por duas vezes em seu mandato – algo incomum para dirigentes da América do Sul – o presidente brasileiro havia sido apontado como um dos políticos de maior influência no globo pela prestigiosa revista semanal *Time*. Em 2004, houve a primeira referência; em 2010, a segunda menção, com artigo desta feita da lavra do incontido cineasta Michael Moore (PADGETT, 2004; MOORE, 2010).

O reconhecimento também era interno, de acordo com avaliações de institutos de pesquisa tradicionais. Rosto a rosto com essa popularidade, Lula da Silva preparava-se de modo entusiasmado para indicar seu sucessor na disputa presidencial de outubro de 2010, dado que não poderia concorrer novamente.

Abonado por sua agremiação, a escolha de preferência do mandatário, a despeito de ela nunca ter concorrido em pleito eleitoral, era a de Dilma Rousseff, titular da Casa Civil desde junho de 2005. Desta guisa, ele iniciaria a preparação de sua substituição a datar de janeiro de 2011, ao apresentar a ministra em eventos internacionais de destaque.

Seu perfil perante o eleitorado (incauto) teria ênfase no valor tecnocrático, característica raramente subscrita pelo antigo progressismo, mas a alteração comportamental da coligação partidária à frente do governo federal desde janeiro de 2003 era de fato inegável.

O presente trabalho trata da introdução da dirigente Rousseff à sociedade política estadunidense; da preocupação fronteiriça, haja vista os interesses washingtonianos; do desejo irreprimível de compor o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas de modo definitivo; da expectativa de auferir maior respeito global, via acolhimento de competições esportivas e, por fim, da presença de representante norte-americano em solo pátrio, com o fito de convergir a relação bilateral.

A manifestação de estima (eleitoral), embora oficiosa à ministra Dilma Rousseff

O final de 2008 havia sido um momento marcante nas relações internacionais, porém de feição negativo para a maioria dos integrantes do sistema – quase duzentos. A causa havia sido o irromper de severa crise econômica a partir dos Estados Unidos, combalidos por dupla gestão republicana (2001-2008) incapaz de administrar duas guerras de intensidade média na vastidão asiática, haja vista a ausência de perspectiva de vitória definitiva, malgrado a incontestável superioridade bélica.

Suas forças armadas foram incapazes de arrefecer o ânimo psicológico da insurgência médio-oriental, em parte conectada com o fundamentalismo inspirado na Arábia Saudita ou Egito,

por coincidência dois próximos aliados dos norte-americanos – observava-se, destarte, a presença ocidental como revivescência das cruzadas medievais, não como forma de manter a estabilidade da estrutura capitalista, em virtude das reservas de petróleo e de gás.

Diante do inaudito espírito de resistência – como havia destacado Bonnet, oficial superior do exército francês, sobre a postura anticolonial ao seu país – não poderia prosperar a movimentação belicosa estadunidense (FALL, 2005, p.370). Em decorrência disso, os republicanos terminariam sua administração à frente da Casa Branca, após oito anos, de maneira melancólica, ao macular sua atuação no Oriente Médio e ao enfraquecer as finanças planetárias.

A sociedade brasileira logo sentiu os resultados negativos do sismo financeiro norte-americano. Em 2009, seu produto interno bruto reduzir-se-ia bastante, ao situar-se em 0,2% apenas (GOMES, CRUZ, 2016, p.41). Destaque-se que o crescimento em 2008 havia sido de 5% e no ano anterior ele fora de expressivos 6%.

No entanto, a visão positiva com o país manteve-se no transcórre de 2009, a despeito dos problemas de sustentação do ritmo da economia, ao ampará-la o governo federal de feição excessiva no consumo de curto prazo.

Segundo o *Financial Times*, via *Estado de São Paulo*, o Brasil desfrutaria de similaridades com as sociedades mais desenvolvidas quanto à execução da política monetária e fiscal, malgrado a aferição da inflação de 2008 ter ultrapassado a meta de 4,5% – resolução nº 3.378 do Banco Central – ao atingir 5,9% – a da Alemanha e a da França fixaram-se na faixa de 1%, a da Itália, 2%, e, por último, a da Grã-Bretanha, 3%.

Não obstante a diferença no cotejar entre eles, ponderou de modo simpático o periódico britânico sobre a capacidade do setor público e do privado de contraposição aos efeitos deletérios da crise mundial, mesmo sem estar a população local isenta de problemas significativos, alguns dos quais bem assinalados no dia a dia para ela – patrimonialismo persistente da elite, infraestrutura insuficiente e delinquência ascendente.

Veiculou-se a matéria ao tempo da realização da 35ª cimeira do G-8 – agrupamento constituído por Washington, Tóquio, Londres, Paris, Berlim, Roma, Ottawa e Moscou – na Itália. De forma cautelosa, Brasília apontava que o reduzido grupo não teria alçada suficiente para abordar pontos de impacto na sociedade global.

Destarte, a expansão da agremiação octeta seria assaz imperativa, ao ampliar-se o colegiado, uma vez que tópicos como o ambiental não poderiam ser tratados sem a colaboração de Nova Déli, Pequim, Seul, Teerã, Cairo e claro Brasília ou como o terrorista sem a assistência de países vítimas de constantes ameaças fundamentalistas ou xenófobas – os integrantes do Oriente Médio, da Europa Ocidental e do Cáucaso.

Segundo o *New York Times*, Celso Amorim, titular da chancelaria pátria, havia indicado semanas antes que aquela associação – composta por reduzido número de participantes – estava encerrada quanto à legitimidade planetária porquanto costumava ignorar no mínimo três sociedades ascendentes: Brasil, Índia e China. Entre a citada trinca, a primeira seria naturalmente a menos encorpada para ações de maior extensão.

Talvez por isso, outro grêmio havia sido constituído de forma paralela com o propósito de materializar de modo polido sua insatisfação com a governança mundial em vigor: o G-5, com membros externos ao arco norte-atlântico: Brasília mesma, México, Pequim, Nova Déli e Pretória – apenas a Oceania não teria membro.

Ao encerramento do burocracial evento, apesar da intensidade das confabulações de quarenta representações diplomáticas, sem considerar as delegações das organizações internacionais, não houve consenso sobre qual a saída mais adequada para a superação da crise, malgrado o próprio mandatário estadunidense, Barack Obama, considerar como bom início, em que pesassem as dificuldades de conciliação (BAKER, DONADIO, 2009; MCVEIGH, KINGTON, 2009).

Deste encontro de cúpula, a Casa Branca acenou de maneira gentil ao Planalto, ao indicar de novo que ele teria sua importância reconhecida em questões chaves como meio ambiente ou energia renovável.

Além disso, no tocante a países avaliados como preocupantes como o Irã, por causa de seu polêmico programa nuclear, ou Honduras, por conta da instabilidade política em decorrência da substituição heterodoxa do presidente Manuel Zelaya, o Brasil também seria recordado como destacado contribuidor.

Aos olhos da cúpula burocrática washingtoniana, Brasília estava em alta ou ao menos em boa conta, haja vista a audiência concedida a Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, pelo presidente Barack Obama.

Malgrado os primeiros sinais, ainda que contidos, de que ela seria a possível sucessora de Lula da Silva dentro da coligação trabalhista, isso não seria manifestação comum da Casa Branca – ela encontrava-se na capital norte-americana para participar de reunião empresarial bilateral, o Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos, constituído em 2007 (REUTERS, 2009).

Nada obstante o aparente prestígio por parte do gabinete presidencial da administração democrata, a dirigente na própria capital brasileira não desfrutava de muita simpatia na visão da embaixatura: ela havia sido classificada de forma exagerada como a ‘Joana d’Arc da Subversão’ ao tempo de sua nomeação ministerial em junho de 2005.

Ela havia substituído José Dirceu de Oliveira e Silva, deputado federal licenciado de São Paulo, atribulado com denúncia acerca de eventual mesada do trabalhismo governamental a parlamentares de pequenas agremiações próximas – mais tarde, o caso em comento seria conhecido ao público como ‘Mensalão’.

No momento precedente da viagem da dignitária à América do Norte, Clifford Sobel¹, titular da embaixada, conjecturou ao Departamento de Estado dois aspectos, de acordo com o investigativo e controvertido sítio *Wikileaks* (VIANA, 2009):

O primeiro relacionava-se com as condições de saúde da ministra, dado que ela havia tratado de feitio recente de câncer linfático, e o segundo vinculava-se à possibilidade de ela ser a candidata

1 Sobel encontrava-se no cargo no Brasil desde junho de 2006. Em 2007, assinaria com o reitor da Universidade de Brasília tratativa de cooperação na área de geociências (MEMORANDUM, 2009.)

à presidência da República pela união partidária nominalmente laboral – divisa esta esmaecida com o tempo pelas ações de seus próceres durante a gestão planáltica desde 2003.

Ao cabo do deslocamento da comitiva ministerial, tudo ocorreu de modo protocolar, sem nenhum tipo de cunha política. Temas de interesse aos dois países seriam mencionados, entre os quais o do possível ingresso do biocombustível da cana de açúcar em território estadunidense e o do desejo de eliminação, mesmo gradativa, da bitributação dos nacionais de ambos. Posta a configuração de apresentação da mandatária brasileira à cúpula norte-americana, seria, na prática, a introdução de sua ulterior aspiração ao Palácio do Planalto.

Temor da fronteira multilátera, via movimentação belicosa estrangeira

Como registrado de maneira preliminar, os Estados Unidos alinham seus parceiros de acordo com seus interesses principais na economia, segurança, energia *etc* segmentados de forma geográfica também.

Com a ascensão do bolivarianismo na Venezuela em fevereiro de 1999, sob a liderança do tenente-coronel Hugo Chávez, e do trabalhismo no Brasil em janeiro de 2003, com Luís Inácio Lula da Silva, houve preocupação momentânea dos Estados Unidos, dado que ambos ecoavam na retórica pretensões ora nacionalistas, ora socialistas. No entanto, a inquietação, à proporção que os dias se sucediam, reduzir-se-ia de modo acelerado com Brasília.

Indo além da política idealizada, objeto de apreensão da Casa Branca por ser o canal ocasional de transformação real das sociedades, Washington costuma esquadriñar o valor de seus aliados preferenciais ou mesmo a estima por eles. Naquela ocasião, três países sobressaíam no continente sul-americano:

No tópico militar, apresentava-se Bogotá no topo desde os anos cinquenta da centúria passada pela oposição às milícias de esquerda, consideradas como terroristas ou vinculadas ao narcotráfico; no econômico, Santiago do Chile, precursor do neoliberalismo autoritário desde a década de setenta do século anterior.

Desta guisa, no campo turístico, Brasília, nada obstante a crescente valorização da moeda nacional – ainda assim, quase seiscentos e cinquenta mil norte-americanos deslocaram-se em visita ao território pátrio, segundo a estatística do governo federal (Brasil, 2011). Em 2009, somente menos de quinze milhões de norte-americanos viajaram ao exterior, tendo os países sul-americanos acolhido cerca de 9% apenas (CHALMERS, 2012).

Malgrado o aumento da convivência no excursionismo, existiu item significativo de discordância entre os dois no segmento castrense a datar do segundo semestre de 2010, posto que não se vinculasse de modo direto porque se direcionava a eventual alargamento dos efetivos estadunidenses em solo colombiano – questão circulada pela existência de segredo de Estado. Como já mencionado na parte inicial do texto, em decorrência do combate à oposição armada, Bogotá costumava contar com o apoio irrestrito de Washington.

Se confirmada a afirmação, tropas estrangeiras distribuir-se-iam em três bases da Aeronáutica – Palanquero, Apiay, situadas no centro, e Malambo, encravada no norte, próxima do Atlântico – duas da Marinha – Bahía Málaga e Cartagena – e duas do Exército – Caquetá, ao sul. Desta feita, não se cogitava a hipótese de se estabelecer uma específica para as tropas do Pentágono. A justificativa diplomática para a circulação dos Estados Unidos na Colômbia havia-se originado da recolha de contingentes de Manta, no Equador (ROSSI, 2010).

Existia a possibilidade de que esta tivesse sido utilizada pelos norte-americanos para ajudar com informações de satélites os colombianos no confronto contra suas guerrilhas, de modo singular com as autodenominadas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP).

Aos olhos de Brasília, não seria mero remanejar de efetivos, mas distribuição necessária em face de novos interesses de Washington como a movimentação do narcotráfico e também do crescente terrorismo. O temor do Planalto era a ‘militarização’ da região amazônica por forças externas, mais bem preparadas e com ocasional pauta própria, ocasião de divergências nas quais o Brasil estaria em desvantagem.

Um entendimento de outubro de 2004 entre as duas administrações autorizou até oitocentos militares e seiscentos civis – ‘civilian contractors’ – em operação no país. Segundo o Departamento de Estado, no entanto, o número nunca teria sido atingido; ao contrário, ele estaria em declínio naquele ano mesmo. A primeira aproximação amero-colombiana no setor de defesa havia ocorrido no início da Guerra Fria, em 1952 (US DEPARTMENT OF STATE, out. 2009).

Apesar da argumentação tranquilizante da diplomacia dos Estados Unidos, o Brasil preocupava-se com efeitos eventuais não só consigo, porém com a reação da inflamada Venezuela bolivariana, ciente também do fato de tropas estrangeiras e discordante da aproximação de colombianos com norte-americanos.

Naquela época, o relacionamento entre colombianos e venezuelanos era tenso – em julho de 2009, as relações seriam suspensas por esta. Em apoio à primeira, por identificação ideológica, havia La Paz cuja postura não era de simpatia com a circulação de servidores civis e militares de Washington em território próximo do seu.

Outrossim, aos olhos do Pentágono, sua contraparte venezuelana – por meio de oficiais superiores e de analistas de informação – teria auxiliado os guerrilheiros colombianos, através do acesso a equipamentos, como antigos foguetes de procedência sueca ou armas de fogo russas, e documentos de identificação, a fim de facilitar a circulação dos milicianos na fronteira ou até o refúgio de forma temporária (JASKOSKI, SOTOMAYOR, p. 118-119, 2015; ROMERO, 2009).

Preocupava o Departamento de Estado porque a mencionada ajuda às FARC-EPs ia ao encontro do conteúdo de sua legislação antiterrorista, ao ter como item a ameaça aos interesses norte-americanos – segurança, diplomacia e economia. Desde agosto de 1997, ela, ao lado do Exército de Liberação Nacional (ELN), integrava a lista de organizações extremistas (US DEPARTMENT OF STATE, 2017).

Diante do quadro regional adverso, haja vista o impacto político negativo da Casa Branca lá, o Planalto chegou a avaliar a possibilidade de corrida armamentista entre o círculo diplomático de

Hugo Chávez e o de George Bush, ambos pouco propensos ao diálogo no tocante a visões nacionalistas na América do Sul.

De toda sorte, o país procedeu com adequada descrição e cautela diplomática sobre o tema – a latente divergência colombo-venezuelana – com o objetivo de não insuflar lado algum, nem de estimular, mesmo de modo indireto, a presença norte-americana como *tertius*, isto é, como mediador, ainda que por via multilateral com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Bogotá teria mais a beneficiar-se que Caracas no curto prazo: sua parceria costumeira com Washington valeu-lhe meio bilhão de dólares anualmente em média na primeira década do milênio: de forma oficial, ela seria para o combate ao narcotráfico; de maneira oficiosa, para a contenção da guerrilha, de inspiração de esquerda (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2017).

Assim, o Planalto aconselharia que a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em sua cimeira de agosto de 2009 abordasse o tema – ela ocorreria em Quito. A despeito da apreensão correta, a disputa entre os vizinhos não se resolveu, porém não incrementou – o arrefecimento da situação deveu-se ao menos às consequências deletérias da crise econômica mundial. Governantes deveriam voltar a atenção para questões internas (JARDIM, 2009).

Naquele momento, Brasília estimava de modo apropriado a falta de interlocutor adequado de Washington com o continente, considerado mais uma vez como secundário, se cotejado com o Oriente Médio ou com o Sudeste Asiático, por exemplo.

Era fase de transição na chancelaria do norte: Arturo Valenzuela havia assumido o posto de Thomas Shannon na Secretária de Assuntos do Hemisfério Ocidental; por seu turno, ele ia tornar-se o embaixador dos Estados Unidos junto ao Brasil (BARBOSA, 2011, p. 320-324; COHA, 2009).

Nos primórdios de julho de 2009, ambos foram à Comissão de Relações Exteriores do Senado; todavia, seriam empossados somente ao cabo daquele ano – de maneira sucessiva, novembro e dezembro. Shannon, no entanto, apresentaria suas credenciais a Lula da Silva em fevereiro do ano seguinte (SENATE FOREIGN RELATIONS COMMITTEE, 2010; ITAMARATY, 2010, p. 247).

Outro ponto de discordância entre o Planalto e a Casa Branca – até pela lembrança nauseosa de fases desagradáveis no continente da época da disputa bipolar – foi a situação de Honduras, país centro-americano no qual havia ocorrido de modo heterodoxo a substituição do presidente eleito, ou seja, a execução do clássico golpe militar de Estado, com o envio do mandatário deposto para a Costa Rica e com a execução do toque de recolher – a última deposição da região havia ocorrido na Guatemala em 1983 (MALKIN, 2009).

A preeminência da pequena pátria é pouca, mesmo de feitio regional, porém do ponto de vista simbólico ela havia-se destacado na confrontação amero-soviética na década de oitenta por conta de ter sido abrigo de um dos lados pleiteantes na disputa de poder na Nicarágua – os denominados contras, apoiados por Washington, *versus* sandinistas.

Em janeiro de 2006, Manuel Zelaya, empresário do ramo madeireiro, assumiu o governo local, ao vencer o pleito por uma aliança conservadora. No entanto, após o correr de menos da metade do mandato, aproximar-se-ia por pragmatismo – energético – da Aliança Bolivariana das Américas

(ALBA) cuja liderança estava sob responsabilidade do polêmico Hugo Chávez. Em função disso, ele chocaria setores reacionários da própria administração (SABOT, 2009).

Quase ao fim da gestão, em junho de 2009, ele seria destituído à força por uma quartelada com apoio de parte de sua agremiação, da qual sairia seu sucessor, o presidente do parlamento. Ao invés de solicitar apoio a Caracas, Zelaya optou por Brasília – chegaria a abrigar-se na embaixada do Brasil de lá até janeiro de 2010 como ‘hospede especial’, de acordo com o Itamaraty (SENADO, 2011).

Embora a Organização dos Estados Americanos (OEA) tenha-se portado de forma apropriada, ao suspender Honduras na instituição, por recusar-se a devolver o cargo a Zelaya, a medida não teria desdobramento positivo porque os Estados Unidos mostrar-se-iam indiferentes em termos práticos – posto que não assinaram a subscrição da ruptura, eles não puniriam, por outro lado, o governo provisório, até em vista de laços econômicos, bem significativos para o lado centro-americano, e militares, com a utilização de base aérea. A assembleia geral da Organização das Nações Unidas (AG/ONU) mesma também se posicionou contra a ruptura (MALKIN, 2009; ONU, jun. 2009)

Brasília também tinha pauta a tratar, logo a preservar: a continuidade do investimento previsto de seiscentos ou oitocentos milhões de dólares para o estabelecimento de duas usinas hidrelétricas – Los Llanitos e Jicatuyo – até quatro anos (LA PRENSA, 2009; SENADO, 2011).

As futuras construções seriam custeadas de forma parcial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, isso não aconteceria naquela altura, apesar do empenho da chancelaria pátria. A impossibilidade de conduzir de novo o dirigente destituído às suas funções contribuiria para a interrupção do plano energético.

A despeito da proximidade tática de Tegucigalpa – e Comayagüela – com Caracas em decorrência da necessidade súbita de petróleo, a justificativa do projeto hondurenho era a de no médio prazo reduzir sua subordinação a recursos térmicos, responsáveis por mais da metade do consumo nacional.

A fixação desarrazoada de vaga no Conselho de Segurança onusiano

É comum a governos a utilização da política externa para blasonar a própria gestão ou para desviar a atenção de tribulações internas – na última fase da República Velha, o presidente Artur Bernardes valeu-se de tal medida.

Em decorrência do estado de sítio constante, recorreu à chancelaria para postular melhor imagem da administração atribulada, ao buscar assentar o Brasil de forma permanente no Conselho de Segurança da Sociedade das Nações. Seu lema foi ‘vencer ou não perder’. Contudo, seu intento não prosperaria e o país retirar-se-ia da organização em 1926 (GARCIA, 201_).

O noticiário internacional dos meios de comunicação auxilia de maneira involuntária o apostolado governamental, ao dedicar às relações internacionais espaço reduzido às análises. Desta guisa, a divulgação oficial ou a propaganda encarrega-se de resplandecer as ações da administração pública do período.

O Brasil, local de variados problemas socioeconômicos, utiliza isso de modo constante – outros países também se beneficiam, mesmo os situados no arco norte-atlântico. No caso pátrio, o objetivo-mor da atuação bonapartista, isto é, o da busca do equilíbrio da imagem através da compensação da desvalorização interna pela benquerença externa é a reivindicação da cadeira perpétua no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU).

Ao término de 2009, a crise financeira planetária ocasionou apontamento esperançoso advindo da França para o Brasil, mas à primeira vista de forma estranha por ser na política, não na economia: o Eliseu, componente do denominado P(ermanente)-5, aceitava a modificação do número de membros cativos do segmento conciliar onusiano.

Outros seriam citados, mas de toda maneira era fato alvissareiro para o Planalto, mesmo por curto tempo o efeito benéfico. O comunicado veio por meio do próprio presidente da França, Nicolas Sarkozy, ao proferir alocução na abertura da Assembleia Geral do organismo, em 22 setembro:

Nous savons ce qu'il nous reste à faire, élargir /le cercle des membres permanents et non permanents du Conseil de sécurité. Je le dis au nom de la France, il est inacceptable que le continent africain n'ait pas un seul membre permanent au Conseil de sécurité, c'est inacceptable, parce que c'est injuste. Il est inacceptable que le continent sud-américain, avec cette grande puissance qu'est le Brésil, que l'Inde avec son milliard d'habitants, ou encore le Japon ou l'Allemagne soient exclus des membres permanents du Conseil de sécurité. C'est inacceptable et je le dis ici, il en va de la légitimité de l'ONU. Soit l'ONU se réforme et elle sera plus légitime, soit l'ONU choisit l'immobilisme et les grandes décisions, hélas, se prendront à l'extérieur de l'ONU – (United Nations, 2009).

O dirigente destacou ser imperativa a renovação da governança planetária, visto que o sistema em vigor naquela fase havia-se de fato corroído. Destarte, apontava ele também a necessidade de alteração do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), incapazes de se contraporem aos resultados imediatos do baque financeiro, de origem estadunidense.

Sem aceitar mudança, baseado em fala de Sarkozy, a sociedade global não conseguiria incorporar bem novas características. Em face da crise financeira, os países de maior poderio não deveriam supervisionar o mundo sem a participação ou a colaboração dos demais, em especial os de médio porte como o Brasil ou a Índia, destaque-se. Como consequência, o pleito de expansão dos foros de decisão deveria sem sombra de dúvida vir à tona para debate: em vez do G-8 apenas, poder-se-ia privilegiar o G-20, por exemplo.

Ao evocar com realce a alteração da composição do Conselho de Segurança, a proposição seria a de contemplar a comunidade por continente: ao mencionar-se a América do Sul, o Brasil emergiria sem hesitação. Ao concentrar-se na África, porém, o mandatário não se referiu a país específico, mas reconheceu a justeza da representação. Existiriam vários potenciais aspirantes: Egito, Nigéria ou África do Sul.

Ao lançar os olhos sobre a Ásia, duas potências em seus estilos respectivos apareceriam à mente sem contestação: Índia nuclear e Japão capitalista. Por fim, faltava o nome da Europa, a despeito de

contar com dois desde a fundação da organização multilateral nos últimos momentos da Segunda Guerra: de maneira surpreendente, eis a citação da Alemanha, menção impensável para Paris até a duração da rigidez bipolar.

Isso posto, a diplomacia francesa sugeria o estabelecimento de reforma, mesmo parcial e temporária, de sorte que se mantivesse a legitimidade da segurança multilateral. De toda sorte, malgrado a aspiração do Eliseu, isso não ocorreria, até por despertar a atenção e, por conseguinte, frustração de outros aspirantes desejosos como a Itália ou por que não o México, representante possível da hispanidade além-mar e afinado com os Estados Unidos.

Diante de ampliação hipotética, muitos postulantes poderiam decepcionar-se se ela fosse implementada. Deveriam os médio-orientais ter representante como a Arábia Saudita ou os africanos, dois ou três? Com o aumento ocasional, outros membros iriam distanciar-se, baldadas suas chances após longa espera. A calibração da quantidade de associados perpétuos, mesmo justa, poderia embaraçar o funcionamento da insuficiente organização multilateral.

A adaptação do número de filiados – fixos ou ocasionais, registre-se – ao atual contexto internacional é seguramente necessária. Na época da instituição do novo organismo, sucedânea da Liga/ Sociedade das Nações, os representantes permanentes respondiam por 10% do total de aderentes do teor da conhecida Carta das Nações Unidas, em São Francisco, de junho de 1945². Atualmente, os associados são cento e noventa e três, além da Santa Sé e da Palestina. Portanto, outro ajuste se faz indispensável, porém sua concretização não se faz possível por falta de consenso (FOX, 2017; UNITED NATIONS, 2017).

A insistência do Planalto com o ingresso no restrito clube deriva do fato de quase ter figurado nele, ao ter sido implementada a organização há sete décadas. A Casa Branca pressionou a favor de dois aliados: China e Brasil.

Ambos dispunham de fartos recursos materiais, de território continental e de aceitação regional. Favorecia ao país o envio de tropas à Itália, mesmo na fase final do conflito e em escala modesta se comparado com os demais eventuais colegas de conselho – cerca de vinte e cinco mil efetivos (MOREIRA, FGV).

A discordância no tocante à efetiva participação brasileira partiu dos britânicos e russos. Uma possível razão seria a de o país não dispor de poderio semelhante ao dos principais vencedores do nazifascismo em nenhum dos três segmentos: militar, econômico e cultural. Além disso, com a aceitação, a União Soviética ficaria ainda mais em desvantagem.

Entre os três grandes vitoriosos – Washington, Moscou e Londres – dois inclinaram-se favoráveis a uma candidatura tão-somente ao cabo do processo: os Estados Unidos à aspiração chinesa, ao passo que a Grã-Bretanha ao pleito francês. A Rússia não postulou assento a parceiro algum.

Andando à moina, o Brasil recuperou de novo o desejo de solicitar seu ingresso à comunidade internacional em 2010. Malgrado a justeza do remodelamento onusiano, a frustração seria o sentimento

2 Cinquenta e um, desde que se aceite a Polônia como signatária fundadora, embora ela só tenha assinado o documento original algumas semanas depois.

de vez da política exterior com a questão, dado que o assunto se mantém sem andamento até os dias atuais por vontade férrea do exclusivo colegiado permanente.

Ilusões acerca dos ganhos políticos da ‘diplomacia lúdica’

O governo trabalhista engendrou forma incomum de sua inserção no quadro global: a acolhida de disputas esportivas regionais, como os jogos pan-americanos, ou planetárias, como a copa de futebol e as olímpiadas. Com custo socioeconômico altíssimo, esperava-se que a divulgação do país através dos meios de comunicação compensasse os gastos e estimulasse no curto prazo o turismo, por exemplo (BRASIL, 2014).

A despeito dos reconhecidos esforços dos atletas, a participação nacional não ultrapassou o satisfatório nas três competições realizadas em solo pátrio. Em 2007, no Pan sediado no Rio de Janeiro, o país logrou o terceiro lugar se consideradas as medalhas de ouro, abaixo dos Estados Unidos e de Cuba, e segundo na quantidade de honrarias. A situação classificatória por ouro do Brasil em Guadalajara em 2011 e em Toronto em 2015 seria similar.

Com a Copa do Mundo em 2014, com os jogos distribuídos em várias cidades, dois fatos negativos a destacar: a despesa vultosa com a construção dos estádios ou arenas das pelejas, objeto de atenção recente das autoridades investigativas, e a derrota humilhante para a Alemanha na semifinal. O país terminaria em quarto, após goleada da Holanda. Em 2010 e em 2006, ele não passou sequer das quartas de final (FIFA, 2017).

Por último, as Olímpiadas no Rio de Janeiro em 2016, competição em que o Brasil, sem o trabalhismo no poder, atingiu o décimo terceiro lugar, atrás de Hungria, Holanda e Austrália. Em 2012, o país havia ficado em vigésimo primeiro lugar e em 2008 em vigésimo terceiro. Aos otimistas, uma evolução (OLYMPIC GAMES, 2017).

Após a execução dos três eventos em menos de uma década, encerrou-se o ciclo inaudito da chamada diplomacia lúdica da administração trabalhista e do estertor crepitante da peemedebista, iniciado ao longo do mandato de Lula da Silva e finalizado com o de Michel Temer, sem ganhos ou melhor sem vantagens para o futuro da população.

Na prática, as grandes celebrações esportivas tornam-se aos governos o momento de louvaminhas de seu suposto desenvolvimento diante dos vizinhos ou do restante do mundo. Desta guisa, pretextam-se as enormes despesas como a forma apropriada de divulgar o trabalho em tese de uma sociedade em progresso.

De maneira básica, a justificativa para o patrocínio oficial ou o subsídio governamental de tais eventos seriam duas: melhorar de imediato a infraestrutura das cidades-sedes – benefício geral da população – e impulsionar o turismo já no curto prazo, vez que haveria o aguardamento de que os admiradores das competições esportivas poderiam retornar com mais vagar ou divulgar as localidades e mesmo o país entre familiares e amigos.

Ao encerramento de 2009, dois municípios – um sul-americano e outro norte-americano – dispuseram-se a acolher com chances reais e com entusiasmo os jogos de verão de 2016: Rio de Janeiro, antiga capital pátria, local em que politicamente havia o concerto trabalhista-peemedebista – após a escolha do Comitê Olímpico Internacional (COI), a prefeitura seria fruto da chapa das duas agremiações durante o quadriênio 2012-2016.

E Chicago – cidade de maior importância de Illinois – onde se desenvolveu a carreira política do dirigente democrata da Casa Branca. De forma secundária, compunham o rol de inscrições Tóquio e Madri (MAGALHÃES, 2013).

Naquela oportunidade, o presidente do Brasil – Lula da Silva – e o dos Estados Unidos – Barack Obama – deslocaram-se até a sede do COI, situada em Copenhague, com o fito de defender a sede para seu país.

Os argumentos utilizados pela diplomacia nacional para a indicação de 2016 foram o geográfico – jamais a América do Sul havia abrigado competição de tal porte – o político – entre as dez maiores potências, apenas o Brasil não havia sido contemplado – e o econômico – garantia de financiamento das obras por causa, entre outros motivos, das reservas petrolíferas da chamada área do pré-sal, das quais parte se destinava ao estado fluminense no formato de *royalties* – 22,5% (PEIXOTO, 2010).

Avaliavam-se os gastos pátrios com a futura realização do evento próximos de trinta bilhões de reais, a despeito dos já efetuados com o Pan-Americano de 2007. A motivação seria a ampliação da infraestrutura. No final, a quantia chegaria a quase quarenta bilhões de reais (UOL, fev. 2009; COSTA, KONCHINSKI, 2016; PEREIRA, 2017).

Nas explanações do Brasil a favor de sua candidatura, expunha-se que os efeitos deletérios da crise financeira de 2008 haviam atingido o país com intensidade menor. Em decorrência disso, a superação seria mais célere. Como se pode constatar, houve uma mixórdia de quimera, ingenuidade e até fanfarrice.

2009 não representou a única inscrição do Rio de Janeiro para abrigar jogos olímpicos; existiram dois momentos nos quais o desempenho foi decepcionante, haja vista não ter tido sequer condições de ultrapassar a primeira fase – o objetivo havia sido a competição de 2004 e a de 2012. Brasília também almejou isso ainda no século passado, ao mirar na disputa de 2000 (LOPES, 2009).

O otimismo na terceira tentativa carioca foi bastante expressivo. Reflexo de tal posicionamento foi a manifestação arrebatada do presidente Lula da Silva (ITAMARATY, 2009):

“(...) eu sempre achei que tinha uma coisa que faltava para o Brasil. Nós somos um país que foi colonizado e pelo fato de termos sido colonizados, nós tínhamos mania de ser pequenos, nós tínhamos mania de não sermos importantes, nós sempre achávamos que os outros podiam e que a gente não podia (...) essa vitória para mim é: o Brasil ganhou, definitivamente, a sua cidadania internacional. Nós não somos de segunda classe, somos de primeira classe, não tem nem ninguém melhor, nem ninguém pior, pode ter igual, é assim que nós queremos ser e essa vitória significa isso”

Brasília e Washington: ir o concerto além da pauta regional

Os Estados Unidos são historicamente singulares no período contemporâneo: em sendo a primeira república de fato do continente americano, tiveram de trilhar caminhos com obstáculos de monta com a finalidade de corporificar idealização até aquela altura inédita: enfrentar *manu militari* a maior potência da época, a Grã-Bretanha, com sucesso e dar consistência à concepção de democracia no cotidiano da população esperançosa de mudança – da divisão das instituições da União à construção da capital Washington.

O Brasil, embora já tivesse exemplos variados de independência e de república na segunda década do dezenove, optou por vereda de menor entrave, ao subscrever a transição de colônia para monarquia em que a mesma família real da metrópole – os Braganças – continuaria no comando do país. Assim, já nasceu desgastado e bolorento o projeto pátrio.

Embora atualizados na concepção política, os estadunidenses não promoveram a adequação da nominata administrativa e mantiveram os nomes dos cargos principais à moda do século dezoito: ao invés de ministros, secretários.

Por isso, há falta de clareza por vezes quando se mencionam o ocupante de determinado posto e sua hierarquia correspondente com a do Brasil – o secretário nacional equivale ao subsecretário norte-americano. Assim, os meios de comunicação podem de modo involuntário (des)valorizar determinados servidores do Departamento de Estado ou de órgãos similares.

Nos últimos dias de 2009, Arturo Valenzuela, empossado de forma recente na (Sub)secretaria do Hemisfério Ocidental, viajou durante cinco dias pelo Cone Sul com o propósito de visitar seus países. Sua missão: valorizar a importância da democracia, ao menos em teoria como de costume, e enfatizar a necessidade da cooperação econômica bilateral e regional.

No Brasil, ele se avistaria também com nomes de escol da oposição – conectados de maneira geral com a socialdemocracia retórica – marcantes em sua crítica à política exterior vigente: o envolvimento com Honduras, Palestina e Irã teria sido equivocado, dado que o país possuía poucos interesses neles a defender ou a desembrulhar de chofre. A única apreciação desfavorável aos Estados Unidos foi a relativa ao imposto de importação do biocombustível brasileiro (US DEPARTMENT OF STATE, dez. 2009; WIKILEAKS, 2009).

Naquela fase, as discordâncias reais entre Brasília e Washington vinculavam-se aos temas acima mencionados: no hondurenho, o Itamaraty cria que o retorno ao poder do dirigente deposto, Manuel Zelaya, teria sido o mais apropriado, não o reconhecimento definitivo de sua defenestração; no iraniano, o programa nuclear, bastante controvertido aos olhos da Casa Branca, poderia nas considerações do Planalto ser destinado para fins prioritariamente civis; por último, no palestino, seria o momento da implementação dos dois Estados, conforme deliberação da Organização das Nações Unidas em 1948.

O desentendimento sobre a pauta à mesa desconfortou o representante-mor da diplomacia brasileira, de sorte que, sob invocação do protocolo cerimonial e, por conseguinte, da proteção política, o ministro das Relações Exteriores eximiu-se de receber em audiência o (sub)secretário estadunidense. Conformado, seria ele recebido pelo substituto ministerial imediato e pelo assessor especial da presidência da República.

No entanto, o constrangimento ao governo pátrio seria indisfarçável logo em seguida, dado que o diplomata norte-americano teria audiência com o próprio ministro da Defesa. Destarte, a justificativa prévia alegada esfumar-se-ia e demonstraria falta de coordenação entre os dois segmentos administrativos.

O motivo da reunião relacionava-se com a ocasional, porém muito esperada, compra de jatos militares pelo Brasil. Havia anos que o comando da Aeronáutica aguardava isso, vista a obsolescência crescente de seus aviões de combate, em sua maioria de procedência francesa – o número desejado de aeronaves estava em torno de trinta e cinco.

Valenzuela foi divulgar a qualidade do principal fabricante nacional, no caso a Boeing. De acordo com ele, a empresa poderia satisfazer o pretendido pelo Planalto quanto à modernização, o que incluiria o acesso à tecnologia. Por fim, Brasília apenas adquiriria os caças na segunda metade de 2015; contudo, em vez de norte-americanos, seriam suecos, ao custo estimado de quase cinco bilhões e meio de dólares (WIKILEAKS (b), 2009; RICHARD, 2015).

Mesmo quando havia entendimento sobre tópico de política exterior próximo de ambos concernente à geografia, a forma de atuação em termos de proporção era diferente. Em janeiro de 2010, o Haiti seria vítima de mais uma catástrofe: terremoto de sete graus e meio de magnitude, com mais de duzentas e vinte mil mortes e com o aprofundamento da precariedade da infraestrutura.

O impacto da tragédia afetou o Planalto politicamente, por liderar lá o segmento castrense da missão onusiana, a chamada MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para *(sic)* a estabilização no Haiti), patrocinada de maneira inicial por Estados Unidos e França em decorrência da deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide.

O Brasil mantinha cerca de mil duzentos efetivos, sob comando de general de brigada. Destes, dezoito faleceram, além da médica Zilda Arns, instituidora da Pastoral da Terra, e do representante das Nações Unidas Luiz Carlos Costa.

Com o grande cataclisma, a comunidade internacional agiu sem hesitação: os Estados Unidos remeteram de imediato cem milhões de dólares para a recomposição mínima do país e enviaram contingente com dezesseis mil pessoas, fruto de várias unidades.

O Canadá acompanhou-os, embora com participação menor: cinco milhões de dólares e tropas com dois mil integrantes. A França despachou navio militar hospitalar. O Brasil anunciou o envio de quinze milhões de dólares e equipes de resgate (TELEGRAPH, 2010; UOL, 2010; CECCHINE, MORGAN, p. 85, 2013; SENADO, fev. 2010; CNN, 2017).

Conclusão

O final de 2009 é período de transição para a política pátria porque significava o amadurecimento de nome da sucessão maior pelo próprio governo, favorito seu possível candidato em função da alta popularidade do dirigente Lula da Silva naquele momento. Da outrora aspiração da ação transformadora à tecnocracia mantenedora: isso seria a definição partidária de escolha do futuro agraciado para concorrer à presidência da República.

Em sendo feito desta configuração, caberia então a apresentação oficiosa ao parceiro mais tradicional do Brasil: os Estados Unidos. Embora tenha havido reticências a partir da representação local, elas seriam postas em segundo plano quando da presença da ministra Dilma Rousseff em Washington – indicação do bom convívio entre ambos.

Portanto, apesar do passado politicamente temerário da indicada aos olhos de parte da equipe da Casa Branca, de matiz republicano (neoconservador), o presente não lhe restringiria o caminho ao Planalto.

Encaminhado este importante ponto, perdurariam outros, nenhum dos quais novo na pauta bilateral: a preocupação apropriada com a permeabilidade da fronteira amazônica, haja vista a facilidade de circulação da burocracia – civil e militar – norte-americana em parceria privilegiada com a Colômbia, em nome da oposição oficial ao narcotráfico;

E com a forma de visualizar golpe de Estado executado na América Central, o primeiro no-pós Guerra Fria naquele rincão. A Brasília, a imperiosa necessidade de refutação de tal atitude, malgrado a pequena importância do país (Honduras), ao passo que, para Washington, o pragmatismo da aceitação da medida ilegal.

Além da cautela política, a consciência do Planalto de que rupturas institucionais como aquela poderiam prejudicar a atuação de corporações nacionais, como as da engenharia civil, e de projetos regionais de cooperação através do fomento estatal.

De toda sorte, isso não corroeria as tentativas de coadunar posição acerca do programa nuclear do Irã ou do auxílio ao Haiti, após o cataclismo de 2010, a despeito do porte da contribuição de cada um nos primeiros momentos pós-terremoto – no caso do Brasil, seu auxílio imediato indicava o limite real de sua ocasional pretensão global.

Tópicos de discordância seriam dois, porém sem obstar a proximidade costumeira: a aspiração imoderada e injustificada de Brasília de pertencer de modo perpétuo ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU) e o êxito do Rio de Janeiro sobre Chicago para sediar a Olimpíada de 2016, parte do projeto malgrado de diplomacia lúdica maquinado no rodar da administração trabalhista.

Bibliografia

- Assistant Secretary Arturo Valenzuela Travels to the Southern Cone. US Department. Washington, 10 dez. 2009. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/dec/133435.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- BAKER, Peter, DONADIO, Rachel. Group of 8 is not enough, say those wanting in. New York Times. New York, 9 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/07/10/world/middleeast/10prexy.html>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- BARBOSA, Rubens Antônio. *O dissenso de Washington: notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

- Brasil começou a ser levado a sério no mundo, diz 'FT'. Estado de São Paulo: São Paulo. 7 jul. 2009. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-comecou-a-ser-levado-a-serio-pelo-mundo-diz-ft,398983>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- CECCHINE, Gary, MORGAN, Forrest, WERMUTH, Michael et alii. The U.S. Military Response to the 2010 Haiti Earthquake. Washington, 2013. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR304/RAND_RR304.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- CHALMERS, William. The Great American Passport Myth: Why Just 3.5% Of Us Travel Overseas! New York, 29 dez. 2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/william-d-chalmers/the-great-american-passpo_b_1920287.html>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- Colombia. Security Assistance Monitor. Washington, 2017. Disponível em: <<https://securityassistance.org/data/program/military/Colombia/2000/2009/all/South%20America/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- COSTA, Guilherme, KONCHINSKI, Vinicius. Rio-2016 fica R\$ 400 milhões mais cara, e custo passa dos R\$ 39 bilhões. São Paulo, 29 jan. 2016. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2016/01/29/revisao-de-orcamento-rio-2016.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Discours de M. Le Président de la République. New York, 22 set. 2009. Disponível em: <http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/FR_fr.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- FALL, Bernard. Street without joy: the French debacle in Indochina. Barnsley: Pen & Sword Military, 2009.
- FIFA tournaments. Zurich, 2017. Disponível em: <<http://www.fifa.com/fifa-tournaments/statistics-and-records/index.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Foreign Terrorist Organizations. US Department. Washington, 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- FOX, Kara. The UN General Assembly by the numbers. Atlanta, 19 set. 2017. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/09/19/world/un-general-assembly-in-numbers/index.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- GARCIA, Eugênio. Retirada do Brasil da Liga das Nações. Rio de Janeiro, 201_. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RETIRADA%20DO%20BRASIL%20DA%20LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- General Assembly, Acting Unanimously, Condemns Coup d'État in Honduras, Demands Immediate, Unconditional Restoration of President. New York, 30 Jun. 2009. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2009/ga10842.doc.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- GOMES, Gerson, CRUZ, Carlos Antônio da. *Vinte anos de economia brasileira. 1995/2015*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2016.
- Haiti Earthquake Fast Facts. Atlanta, 20 dez. 2017. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2013/12/12/world/haiti-earthquake-fast-facts/index.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Haiti earthquake: US sends 4,000 more troops. Telegraph, London, 21 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/centralamericaandthecaribbean/haiti/7043723/Haiti-earthquake-US-sends-4000-more-troops.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

- JARDIM, Cláudia. Colômbia rejeita monitoramento da Unasul e reunião termina sem consenso. Caracas, 16 set. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090915_unasul_cj_ac>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- JASKOSKI, Maiah, SOTOMAYOR, Arturo, TRINKUNAS, Harold. *American Crossings: Border Politics in the Western Hemisphere*. Baltimore: Johns Hopkins, 2015;
- List of Chiefs of Mission as of May 19, 2009. US Department, Washington, 19 maio 2009. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/123900.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Llanitos y jicutayo serán construídas. La Prensa. San Pedro Sula, 8 maio 2009. Disponível em: <<http://www.laprensa.hn/honduras/528124-97/llanitos-y-jicutayo-seran-construidas>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- LOPES, Lello. Rio ganha Olimpíadas de 2016 e Brasil já se prepara para gastar R\$ 25,9 bi. Copenhague, 2 out. 2010. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/ultimas/2009/10/02/ult58u1761.jhtm>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Vice-prefeito deixa Vila Aliança após 50 anos na comunidade. Globo, Rio de Janeiro, 1º jan. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/vice-prefeito-deixa-vila-alianca-apos-50-anos-na-comunidade-7307146>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- MALKIN, Elisabeth. Honduran President Is Ousted in Coup. New York Times, New York, 28 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/06/29/world/americas/29honduras.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- MCVEIGH, Tracy, KINGTON, Tom. G8 summit venue shaken by tremors. Guardian, London, 5 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2009/jul/05/g8-earthquake-aguila-summit>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- Mensagem nº 92. Senado Federal, Brasília, jun. 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/ordemdodia/arquivos/avulso/2011/MSF201100092_01.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- Memorandum of understanding between the US geological survey of the Department of the Interior of the USA and the University of Brasilia Foundation of the Federative Republic of Brazil. US Department, Washington. Disponível em: <<https://www.state.gov/documents/organization/105792.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- MOORE, Michael. Luiz Inácio Lula da Silva. New York, 29 apr. 2010. Disponível em: <http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1984685_1984864_1984866,00.html>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- MOREIRA, Regina. Força Expedicionária Brasileira (FEB). Rio de Janeiro, 201_. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Número de turistas estrangeiros no Brasil cresce 7,8% em 2010. Brasília, 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2011/04/numero-de-turistas-estrangeiros-no-brasil-cresce-7-8-em-2010>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Obama touts trade in meeting with Brazil oficial. London, 21 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/usa-brazil/obama-touts-trade-in-meeting-with-brazil-official-idUSN2125724120090721>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

- Olympic Games. Lausanne, 2017. Disponível em: <<https://www.olympic.org/olympic-games>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- PADGETT, Tim. Luiz Inácio Lula da Silva. New York, 26 apr. 2004. Disponível em: <http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1970858_1970888_1971031,00.html>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- PEIXOTO, Fabrícia. Entenda a polêmica sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Estado de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-a-polemica-sobre-a-distribuicao-dos-royalties-do-petroleo,525916>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- PEREIRA, Felipe. Após R\$ 3 bilhões em aditivos, nove estádios da Copa caíram na Lava Jato. São Paulo, 26 maio 2017. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/05/26/10-estadios-da-copa-cairam-lava-jato-politicos-e-empresarias-sob-suspeita.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Rio-2016 pode custar mais de R\$ 11 bilhões aos cofres públicos. São Paulo, 13 fev. 2009. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/ultimas/2009/02/13/ult58u1393.jhtm>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- RICHARD, Ivan. Brasil firma acordo de financiamento e finaliza compra de 36 caças suecos. Brasília, 15 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/brasil-firma-acordo-de-financiamento-e-finaliza-compra-de-36-cacas-suecos>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- ROMERO, Simon. Venezuela Still Aids Colombia Rebels, New Material Shows. New York Times, New York, 2 Ago. 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/08/03/world/americas/03venez.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- ROSSI, Adriana. O narcotráfico na estratégia imperial. São Paulo, fev 2010: ed. 31. <<https://diplomatique.org.br/o-narcotrafico-na-estrategia-imperial/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- SABOT, Antonin. Honduras: “Un coup d’Etat d’un genre nouveau”. Le Monde, Paris, 29 jun. 2009. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2009/06/29/honduras-un-coup-d-etat-d-un-genre-nouveau_1213244_3222.html#koZrKkDKQfle1u5E.99>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- SETO, Guilherme. Arena das Dunas é um dos 10 estádios da Copa com suspeita de corrupção. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 jun. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/06/1890055-dez-de-12-estadios-da-copa-de-2014-tem-suspeita-de-corrupcao.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. Entrevista coletiva concedida a jornalistas brasileiros e estrangeiros (...) após o anúncio da escolha da cidade sede dos jogos olímpicos de 2016. Copenhague, 2 out. 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-entrevistas/11453-entrevista-coletiva-concedida-a-jornalistas-brasileiros-e-estrangeiros-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-o-anuncio-da-escolha-da-cidade-sede-dos-jogos-olimpicos-de-2016-copenhague-2-10-2009>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- São Paulo Leaders Outline Concerns With Gov to Wha a/s Valenzuela. Stockholm, 29 dez. 2009. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09SAOPAULO667_a.html>. Acesso em: 18 nov. 2017.

- Senado vai homenagear brasileiros mortos no Haiti. Senado Federal, Brasília, 19 fev. 2010. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/02/19/senado-vai-homenagear-brasileiros-mortos-no-haiti>>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- Statement by Arturo Valenzuela to Senate Foreign Relations Committee. Washington, 8 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/ValenzuelaTestimony090708a.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Statement by Thomas A Shannon Jr. to Senate Foreign Relations Committee. Washington, 8 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/ShannonTestimony090708a.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- Thomas Shannon. Itamaraty, Brasília, 12 fev. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/info_classificadas/reservados/desclassificados/R-desclassificados-2014-2015.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- Tribute to Outgoing Assistant Secretary of State Tom Shannon, A. Washington, 28 maio 2009. Disponível em: <<http://www.coha.org/a-tribute-to-outgoing-assistant-secretary-of-state-tom-shannon/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- United Nations – Member States. New York, 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/member-states/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- US Colombia defense cooperation agreement. US Department. Washington, 30 out. 2009. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/oct/131134.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- Veja lista de países que anunciaram ajuda ao Haiti. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u680175.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- VIANA, Natália. Brazil – Dilma Rousseff, na saúde e na doença. Stockholm, 10 dez. 2009. Disponível em: <<https://wikileaks.org/Dilma-Rousseff-na-saude-e-na.html>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- Wha a/s Valenzuela receveid by eager Brazilian Government (B). Stockholm, 29 dez. 2009. Disponível em: <<https://wikileaks.vicepresidencia.gob.bo/WHA-A-S-VALENZUELA-RECEIVED-BY>>. Acesso em: 18 nov. 2017.